



FUNDAÇÃO DOMINGOS SIMÃO PULIDO

NIPC:501110135

CONTA DE GERÊNCIA

ANO - 2019



ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JULHO DO CONSELHO FISCAL

Da reunião do Conselho Fiscal da Fundação Domingos Simão Pulido - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia - em 14 de Julho de 2020.-----

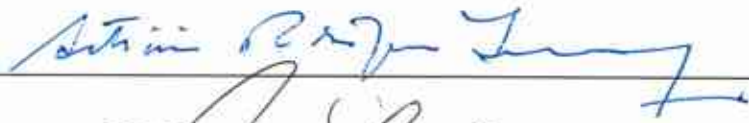
Aos catorze dias do mês de Julho de dois mil e vinte, no edifício Residência São Joaquim e Santa Ana "Os Avós" sito à Estrada de Alcária, à D. Teresa em Vidigueira, compareceram os Exmos. Snrs. Dr. António Rodrigues Mendonça, Dr. Manuel Francisco Cardoso Lula e Sr. Manuel José Portugal Barata Lima, respectivamente Presidente e Vogais do mesmo Conselho.-----


Pelas dezasseis horas, o Snr. Presidente declarou aberta a sessão.-----


Agenda: Apreciação e Emissão de Parecer sobre a Prestação de Contas do ano de 2019 – Demonstração de Resultados - Após a análise cuidada do respectivo documento e no cumprimento da alínea a) do Artigo 32.º da Secção IV dos estatutos em vigor na Fundação o Conselho apreciou a referida Prestação de Contas do ano de 2019 - Demonstração de Resultados. Depois da análise feita aos documentos o Conselho é de parecer que estão elaborados e certos em obediência aos preceitos estabelecidos.-----

Verificou-se um resultado líquido positivo de 9.069,93€ (nove mil e sessenta e nove euros e noventa e três cêntimos).-----

Não havendo mais nada a tratar, pelas dezassete horas deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho Fiscal.-----









Conselho de Administração
Fundação Domingos Simão Pulido
Extracto da Acta n.º 13

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas, reuniu na sala de reuniões do edifício Residência São Joaquim e Santa Ana "Os Avós" sito à Estrada de Alcaria, à D. Teresa em Vidigueira, o Conselho de Administração da Fundação Domingos Simão Pulido – Vidigueira.-----

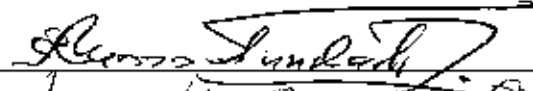
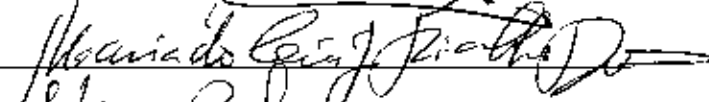

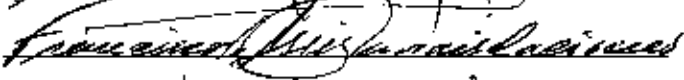
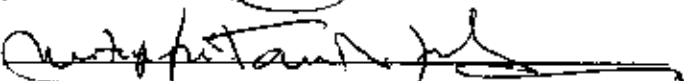
Estavam presentes o senhor Presidente Padre Manuel Trindade Reis, a Secretária senhora D. Maria do Céu de Jesus Fialho Domingues, primeiro vogal o senhor António Francisco Pires Garrido, segundo vogal o senhor Eng. Francisco de Assis Moraes Caciones e o terceiro vogal Dra. Marta de Jesus Tareco Miguinhas.-----

Esteve, também, presente o Técnico Oficial de Contas (TOC), Dr. Nuno Farinha e o Técnico Superior de Serviço Social Dr. Pedro Roque, que secretariou.-----

(...) -----

Ponto 4 - Análise e aprovação da Conta de Gerência do ano 2019: - Nos termos do artigo 18º, e) dos Estatutos da Fundação Domingos Simão Pulido, foi presente o referido documento. A apresentação foi feita pelo TOC, Dr. Nuno Farinha, que prestou todos os esclarecimentos pedidos. Após a análise minuciosa do documento e posto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não havendo mais nada a tratar, pelas dezassete horas e trinta minutos deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração.-----

Presidente: 
Secretário: 
1.º Vogal: 
2.º Vogal: 
3.º Vogal: 

Fundação Domingos Simão Pulido

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2019 Ano Completo	2018 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	10	585 939,82	554 829,13
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	375 277,42	358 505,53
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	(77 563,79)	(75 167,41)
Fornecimentos e serviços externos.....	18.3	(201 746,00)	(185 442,70)
Gastos com o pessoal.....	18.1	(585 961,08)	(522 066,89)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		28 927,69	27 742,07
Outros gastos e perdas.....		(5 887,18)	(10 441,13)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118 986,88	147 958,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(86 119,91)	(85 645,73)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 866,97	62 312,87
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	15.6	(23 797,04)	(24 871,18)
Resultado antes de impostos		9 069,93	37 441,69
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		9 069,93	37 441,69

Assinaturas Do Conselho de Administração

Assinaturas manuscritas:

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2019

Montantes expressos em EUROS


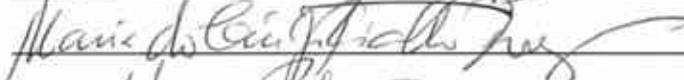

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos.....	18.4	30 360,74	30 360,74
Excedentes técnicos.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....			
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....	18.4	278 850,43	241 408,74
Ajustamentos em activos financeiros.....	18.4	318 105,67	318 105,67
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações de fundos patrimoniais.....	18.4	1 893 271,26	1 917 577,33
		2 520 588,10	2 507 452,48
Resultado líquido do período.....		9 069,93	37 441,69
		2 529 658,03	2 544 894,17
Total do fundo de capital		2 529 658,03	2 544 894,17
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18.2	16 328,32	18 171,25
Adiantamentos de clientes.....			608,71
Estado e outros entes públicos.....	15.3	13 635,54	23 242,13
Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados...			
Financiamentos obtidos.....	15.5	619 632,23	649 293,90
Outras contas a pagar.....			
Assinaturas do conselho de Administração			
Pessoal	15.2	468,46	468,46
outras contas a pagar.....	15.2	41 753,54	38 140,06
Outros passivos financeiros.....		315,81	146,34
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		692 133,90	730 070,85
Total do passivo		692 133,90	730 070,85
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		3 221 791,93	3 274 965,02

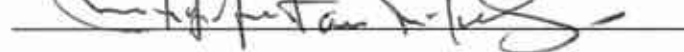
BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2019

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	2 730 041,07	2 803 795,97
Bens do Património histórico e cultural.....			
Propriedades de Investimento.....			
Activos intangíveis.....	6	82 496,59	82 496,59
Activos biológicos.....			
Investimentos financeiros.....			
Participações financeiras - outros métodos.....			
Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados...			
Outros activos financeiros.....			
Activos por impostos diferidos.....			
		2 812 537,66	2 886 292,56
Activo corrente:			
Inventários.....			
Activos biológicos.....			
Clientes.....		15,00	
Adiantamentos a fornecedores.....	18.2		623,71
Estado e outros entes públicos.....	15.3		1 995,78
Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados...			
Outras contas a receber.....		4 466,13	4 259,49
Diferimentos.....			
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	18.1	404 773,14	381 793,48
		409 254,27	388 672,46
Total do Activo		3 221 791,93	3 274 965,02

Assinaturas do conselho de Administração



ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2019

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade

Fundação Domingos Simão Pulido

1.2 - Sede:

Rua Dr. António Carlos da Costa, 12 em Vidigueira

1.3 - Natureza da atividade:

A Fundação Domingos Simão Pulido é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, estando registada no competente Livro das Fundações de Solidariedade social, sob o n.º 53/83 a fls. 190 n.º e 191 em 12/08/1983 sendo, por isso, uma pessoa coletiva de utilidade pública, com sede em Rua Dr. António Carlos, 12 7960-275 em Vidigueira, Concelho de Vidigueira e Distrito de Beja, e tem como atividade principal a prestação de serviços de estrutura residencial para pessoas idosas e Centro de Dia.

Tendo em vista a prossecução dos seus fins, a Fundação:

- a) Organizará e manterá, consoante as necessidades e possibilidades, serviços e atividades de acolhimento, assistência, promoção e cultura, designadamente 2 estruturas Residenciais para pessoas idosas, centro de dia para pessoas idosas;
- b) Promoverá ações de sensibilização e entreatajuda;
- c) Procurará a colaboração de voluntários.

Para concretizar os seus objetivos A Fundação Domingos Simão Pulido, realizou as atividades de acordo com o seu plano de atividades, tais como:

- Realização de passeios com os idosos;
- Convívio entre os idosos;
- Trabalhos Manuais;
- Comemoração de datas festivas;
- Jogos Tradicionais;

1.4 - Designação da empresa-mãe:

Não aplicável

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística, tendo sido adotada a norma contabilística e de Relato financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

2.2 - Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não aplicável

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Tendo em consideração a entrada em vigor do Regime da normalização contabilística para as entidades do Sector Não lucrativo (RNC-ESNL) e consequente revogação do plano de contas das instituições particulares de solidariedade social (PCIPSS), foram efetuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.

2.4 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL - Divulgação transitória:

A entidade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com o Regime da normalização contabilísticas para as entidades do Sector Não Lucrativo, tendo a transição do PCIPSS para o RNC-ESNL, sido procedida de acordo com o disposto no §5 da NCRF-ESNL. Decorrente do processo de transição, ocorreram situações de reconhecimento, desreconhecimento e remensuração que afetaram a posição financeira e o desempenho financeiro.

As principais alterações foram as seguintes:

Subsídios: O PCIPSS dispunha que os Subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis fossem inicialmente reconhecidos no passivo e subsequentemente imputados numa base sistémica como rendimentos. De acordo com o disposto no § 14.5 da NCRF-ESNL, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistémica, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los como gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor de uma entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Custos e perdas extraordinários: A NCRF-ESNL não contempla a existência de resultados extraordinários, sendo os mesmos considerados operacionais.

2.5 - Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem distinguir entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Não aplicável

3 - Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros registados na rubrica " Instrumentos Financeiros".

3.2 - Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 - Quando a aplicação de uma disposição desta norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, a entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

4.1.1 - A natureza da alteração na política contabilística

As políticas não foram alteradas.

4.1.2 - A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

4.1.3 - A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável:

Não aplicável.

4.1.4 - As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporcionam informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Não aplicável.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 - Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

5.1.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como gasto á medida que são incorridas, de acordo com o regime do acréscimo.

5.1.2- Os métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistémica segundo o método da linha recta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

5.1.3 - As vidas uteis ou taxas de depreciação usadas;

Os ativos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Descrição	Taxa
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	12,50%
Outros ativos fixos tangíveis	12,50%

5.1.4 - As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abates	Transferência	31-12-2019
Terrenos Recursos Naturais	- €				- €
Edifícios	2 722 614,63 €				2 722 614,63 €
Equipamento Básico	386 037,57 €	12 365,01 €			398 402,58 €
Equipamento de Transporte	66 403,56 €				66 403,56 €
Equipamento Administrativo	10 657,83 €				10 657,83 €
Equipamento Biológico	- €				- €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	36,85 €		- €		36,85 €
Ativo Tangível Bruto	3 185 750,44 €	12 365,01 €	- €	- €	3 198 115,45 €
Depreciações Acumuladas					
Terrenos Recursos Naturais					
Edifícios	184 992,30 €	60 215,30 €			245 207,60 €
Equipamento Básico	117 621,13 €	25 904,61 €			143 525,74 €
Equipamento de Transporte	66 403,56 €	- €			66 403,56 €
Equipamento Administrativo	12 900,63 €				12 900,63 €
Equipamento Biológico	- €				- €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	36,85 €				36,85 €
Depreciações Acumuladas	381 954,47 €	86 119,91 €	- €	- €	468 074,38 €
Ativo Tangível Líquido	2 803 795,97 €		- €	- €	2 730 041,07 €

6 – Ativos intangíveis

6.1 – Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente outros ativos intangíveis:

6.1.1 – Se a vida úteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou taxas de amortização usadas;

Não aplicável

6.1.2 – As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abates	Transferência	31-12-2019
Projetos de Desenvolvimento	82 496,59 €				82 496,59 €
Ativo Intangível Bruto	82 496,59 €				82 496,59 €
Depreciações Acumuladas					- €
Programas de Computador					- €
Depreciações Acumuladas					- €
Ativo Intangível Líquido	82 496,59 €				82 496,59 €

7 – Locações

Não aplicável.

8 – Custos de empréstimos obtidos:

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

8.1.1 – A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos:

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

8.1.2 – A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:

Não aplicável.

8.1.3 – A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

Não aplicável.

9 – Inventários

9.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

9.1.1 – As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Em 2019 e 2018 a conta de inventário teve o seguinte desdobramento:

Descrição	Inventário 1-1-18	Compras	Inventário 31-12-18	Compras.	Inventário 31-12-19
Mercadorias	- €	75 167,41 €	- €	77 563,79 €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de Consumo	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos Acabados e Intermedios	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	75 167,41 €	- €	77 563,79 €	- €

10 – Redito: O redito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo. O redito compreende os montantes faturados na prestação de serviços nomeadamente as mensalidades do Lar e Centro de Dia.

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços	585 939,82 €	550 137,77 €
Mensalidade Acordo	426 853,76 €	405 342,56 €
Mensalidade Extra Acordo	140 820,89 €	128 683,48 €
Mensalidade Centro Dia	18 265,17 €	16 111,73 €
Juros e rendimentos aplicações financeiras	- €	- €
Total	585 939,82 €	550 137,77 €

11 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Não aplicável.

12 – Subsídios do governo e Apoios do governo

12.1 – A Política contabilística:

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A entidade considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

12.2 – A natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras:

12.2.1 – A entidade tem aprovado um projeto de investimento para a construção/ampliação de um edifício novo e aquisição de equipamentos os quais tem subjacente um subsídio não reembolsável de 975 170,94 euros, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foram contabilizados como componentes do fundo patrimonial.

No corrente exercício foram imputados/reconhecidos ao rendimento do período a verba de 24306.07 €.

12.2.2 – Foram ainda reconhecidos no corrente exercício 375.277,42 Euros de subsídios referentes à exploração da instituição, nomeadamente, para o equipamento Lar de Idosos e Centro de dia assim desdobrados:

Descrição	2019	2018
ISS,IP	345 772,91 €	328 027,94 €
ERPI- Lar Sede-Fundação	141 600,47 €	128 627,77 €
ERPI- Lar Resid.S.J.S.Ana	190 736,62 €	189 059,60 €
Centro de Dia	13 435,82 €	10 340,57 €
Instituto Emprego e Formação Profissional	5 362,46 €	5 495,88 €
Câmara Municipal Vidigueira	18 765,44 €	18 765,44 €
Donativos	5 376,61 €	10 907,63 €
TOTAL	375 277,42 €	363 196,89 €

a) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas privadas do distrito a que pertence esta instituição, que efetuaram donativos através de pequenas iniciativas levadas a cabo pela instituição.

13 – Efeitos de alteração em taxas de câmbio:

Não aplicável

14 – Imposto sobre o rendimento:

14.1 – São divulgados separadamente:

a) Gasto (Rendimento) por impostos correntes;

Não aplicável.

15 – Instrumentos financeiros

15.1- A entidade divulga as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras: A Fundação reconhece um ativo financeiro ou passivos financeiros, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

-Utentes, fornecedores, conta a receber, contas a pagar, empréstimos bancários.

15.2 – Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Credores por acréscimo Gastos - Pessoal	41 207,90 €	38 110,15 €
Subsidio de Férias	33 694,12 €	31 161,17 €
TSU Subsidio de Férias	7 513,78 €	6 948,98 €
Outros Credores	545,64 €	29,91 €
TOTAL	41 753,54 €	38 140,06 €
Pessoal	468,46 €	468,46 €
Entidades Externas	468,46 €	468,46 €
Pessoal	- €	- €
TOTAL	468,46 €	468,46 €

15.3. Relações com os Estado

A rubrica de “Estado e Outros entres Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	1 995,78
Outros Impostos e Taxas		
Total	-	1 995,78
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1 457,00	2 869,00
Segurança Social	12 178,54	20 373,13
Total	13 635,54	23 242,13

15.4 -Para os empréstimos contraídos reconhecidos á data de balanço, a entidade divulga as situações de incumprimento:

Não existem situações de incumprimento.

15.5 – Compromisso de empréstimos mensurados à data de balanço:

Descrição	2019	2018
Empréstimo Bancario CCAM-56054565139	619 632,23 €	649 293,90 €
Descoberto Bancario	- €	- €
TOTAL	619 632,23 €	649 293,90 €

15.6 – Resultados financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos suportados	23 797,04 €	24 871,38 €
Juros e rendimentos obtidos	- €	- €
Resultados Financeiros	23 797,04 €	24 871,38 €

16 – Benefícios dos empregados

16.1 – Número médio de colaboradores durante o ano

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante no exercício de 2019 foi de 49 colaboradores e 46 colaboradores em 2018. Os gastos que a entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	482 381,36 €	423 570,35 €
Encargos sobre as Remunerações	99 118,54 €	93 703,70 €
Seguro Acidentes de Trabalho	4 131,18 €	3 742,84 €
Outros Gastos com o Pessoal	330,00 €	1 050,00 €
TOTAL	585 961,08 €	522 066,89 €

16.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Os órgãos diretivos são constituídos por 9 elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

16.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais são não remunerados.

17 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

18 – Outras informações

18.1 – Caixa de depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	6 094,65 €	11 779,30 €
Depósitos à Ordem	367 346,27 €	338 681,96 €
Depósitos a Prazo	31 332,22 €	31 332,22 €
TOTAL	404 773,14 €	381 793,48 €

18.2 – Fornecedores

O Saldo da rubrica de “fornecedores” discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Adiantamento a Fornecedores	- €	623,71 €
TOTAL	- €	623,71 €
Passivo		
Fornecedor C/c	19 068,06 €	18 171,25 €
TOTAL	19 068,06 €	18 171,25 €

18.3 – Fornecimento e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi a seguinte:

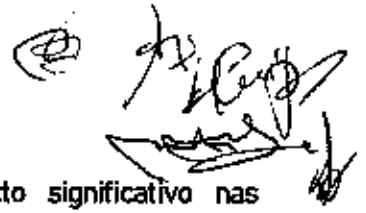


Subcontratos	2019	2018
Serviços Especializados	76 654,53 €	60 991,08 €
Trabalhos especializados	22 885,95 €	12 310,10 €
Honorários	31 550,00 €	32 000,00 €
Serviços Bancários	31,00 €	91,95 €
Conservação e reparação	21 757,08 €	15 728,03 €
Outros	430,50 €	861,00 €
Materiais	5 124,41 €	5 986,56 €
Fe. Utensílios de desgaste rápido	1 754,56 €	802,85 €
Material de escritório	2 594,18 €	2 520,55 €
Encargos de Saúde com Utentes	775,67 €	620,87 €
Outros		2 042,29 €
Energia e Fluidos	73 030,61 €	76 862,67 €
Electricidade	34 596,66 €	38 957,01 €
Combustíveis	3 087,89 €	2 948,94 €
Água	8 199,98 €	6 969,28 €
Gas	27 146,08 €	27 987,44 €
Deslocações, estadas e transportes	266,95 €	461,08 €
Deslocações e estadas	266,95 €	461,08 €
Serviços diversos	46 669,50 €	41 141,31 €
Comunicação	1 781,11 €	2 106,47 €
Seguro	3 249,31 €	1 583,87 €
Contencioso e Notariado	16,50 €	33,00 €
Limpeza, higiene e conforto	37 667,07 €	31 444,49 €
Outros serviços	3 955,51 €	5 973,48 €
TOTAL	201 746,00 €	185 442,70 €

18.4 – Fundo Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	30 360,74 €	- €	- €	30 360,74 €
Resultados Transitados	241 408,74 €	37 441,69 €		278 850,43 €
Doações	318 105,67 €			318 105,67 €
Outras Variações Patrimoniais	-1 917 577,33 €	24 306,07 €		- 1 893 271,26 €
TOTAL	589 875,15 €	37 441,69 €	- €	- 1 265 954,42 €



18.5- Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Documento elaborado pelo Técnico oficial de Contas n.º 71 941

Nuno Alexandre de Jesus Farinha

Local: Vidigueira,

Data de elaboração: 25/04/2020